

# ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Praia de Botafogo, 300 - 11º andar - parte  
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ Nº 07.668.258/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Rio de Janeiro, 16 de março de 2011.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
<b>Ativo</b>												
<b>Circulante</b>												
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	21.434	21.197	16.288	234.471	327.793	40.243				105.663	699.238	1.520
Fundos restritos (Nota 2.8)				70.668	9.377	24.543				143.493	145.728	344.781
Aplicações financeiras					35.258						5.542	
Contas a receber de clientes (Nota 7)	9.997			156.961	189.778	307.606				4.479	3.012	924
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)			30	113.302	157.438	71.524				24.502	18.938	2.490
Adiantamentos diversos	4.689	4.689		362	4.954							
Tributos a recuperar (Nota 9)	1.152	260	121	32.752	39.927	77.197				188.430	180.753	80.146
Despesas antecipadas	3.739		5.323	15.194	12.851	13.169			7.335	1.794	7.335	4.054
Operações com derivativos (Notas 2.6)				3.934							618.975	
Demais contas a receber		2.938	17	20.887	8.372	18.203				12	1.734	10.896
	<u>41.011</u>	<u>29.084</u>	<u>21.779</u>	<u>648.531</u>	<u>785.748</u>	<u>552.485</u>			<u>122</u>	<u>7.508</u>	<u>5.781</u>	<u>444.811</u>
<b>Não circulante</b>												
Realizável a longo prazo												
Sociedades da Organização												
Odebrecht (Nota 10)	323.222	440.237	279.590	424.253	435.395	245.510				1.424.748	980.349	380.932
Imposto de renda e Contribuição social diferidos (Nota 14)		2.263		2.169	24.387	18.338				86.531	9.187	534
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 2.12)	15.200	7.011								320.651	284.810	
Tributos a recuperar (Nota 9)				5.926	2.511							
Despesas antecipadas				13.612	16.107							
Deposito judicial				515								
Contas a receber de clientes (Nota 7)				47.259	46.909							
Demais contas a receber					14.217	7.312						
	<u>338.422</u>	<u>449.511</u>	<u>279.590</u>	<u>493.734</u>	<u>539.526</u>	<u>271.160</u>			<u>36.919</u>	<u>1.949.714</u>	<u>1.278.778</u>	<u>381.856</u>
<b>Investimentos (Nota 11 (ii))</b>	191.684	156.399	57.944	24.554	2.668							
Imobilizado (Nota 12)	94	132	130	1.251.090	599.586	85.791						
Intangível (Nota 13)	6.040	2.110		657.189	1.709.601	314.032						
	<u>536.240</u>	<u>608.152</u>	<u>337.664</u>	<u>2.426.567</u>	<u>2.851.381</u>	<u>670.983</u>				<u>655.289</u>	<u>665.028</u>	<u>396.801</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>577.251</u>	<u>637.236</u>	<u>359.443</u>	<u>3.075.098</u>	<u>3.637.129</u>	<u>1.223.468</u>			<u>577.251</u>	<u>637.236</u>	<u>359.443</u>	<u>3.075.098</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>	485.012	10.985	(142.337)	353.660	43.141	396.801
Resultado abrangente do exercício:						
Lucro (Prejuízo) do exercício			(130.261)	(130.261)	(14.544)	(144.805)
Ajuste a valor de mercado - Derivativos		(5.542)		(5.542)		(5.542)
Ajuste de conversão de investimentos no exterior		(11.697)		(11.697)		(11.697)
Total resultado abrangente do exercício		(17.239)	(130.261)	(147.500)	(14.544)	(162.044)
Efeito de não controladores sobre entidades consolidadas					87.603	87.603
Aumento de capital (Nota 20)	342.668			342.668		342.668
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<u>827.680</u>	<u>(6.254)</u>	<u>(272.598)</u>	<u>548.828</u>	<u>116.200</u>	<u>665.028</u>
Resultado abrangente do exercício:						
Lucro (Prejuízo) do exercício			16.820	16.820	26.592	43.412
Ajuste de adoção de CPC			1.430	1.430		1.430
Ajuste a valor de mercado - Derivativos		7.994		7.994		7.994
Ajuste de conversão de investimentos no exterior (Nota 11 (ii))		(4.745)		(4.745)		(4.745)
Total resultado abrangente do exercício		3.249	18.250	21.499	26.592	48.091
Efeito de não controladores sobre entidades consolidadas					(27.713)	(27.713)
Redução de capital (Nota 1)	(90.117)			(90.117)		(90.117)
Aumento de capital (Nota 20 (a))	60.000			60.000		60.000
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<u>797.563</u>	<u>(3.005)</u>	<u>(254.348)</u>	<u>540.210</u>	<u>115.079</u>	<u>655.289</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>								
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	19.083	(132.524)	68.138	(126.706)				
<b>Ajustes</b>								
Depreciação e amortização	15	16	19.944	37.363				
Resultado de equivalência patrimonial	1.184	34.716						
Valor residual do ativo imobilizado baixado	20		539	176				
Provisão (reversão) para perda em investimentos	(21.605)	81.058						
Provisão para incorporação reversa			(53.820)	53.820				
Ganho na alienação de investimentos	3.816		3.816					
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos		1.566	127.659	121.592				
Resultado de operações com derivativos			93					
Margem de construção			(2.875)	(2.125)				
Provisões tributárias		507	209	861				
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>	<u>2.513</u>	<u>(14.661)</u>	<u>163.703</u>	<u>84.981</u>				
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>								
Aplicações financeiras			35.258	(35.258)				
Fundos Restritos			(68.246)	15.166				
Contas a receber de clientes			(39.272)	62.030				
Tributos a recuperar	(11.747)	(28)	(10.817)	28.403				
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros			40.074	(99.220)				
Adiantamentos diversos	4.689	(4.689)	3.294	(5.171)				
Despesas pagas antecipadamente	(3.741)	5.323	(5.122)	(6.603)				
Outros ativos	(892)	1.706	(2.048)	499				
Fornecedores e subempreiteiros	(20)	33	(72.397)	(175.186)				
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(31)	(2.069)	(9.699)	5.195				
Adiantamentos recebidos de clientes			13.137	107.857				
Outros passivos	(7.339)	(12)	9.358	46.967				
<b>Caixa Aplicado nas Operações</b>	<u>(16.568)</u>	<u>(14.397)</u>	<u>57.223</u>	<u>29.660</u>				
Juros pagos			(17.844)	(24.382)				
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividade operacionais</b>	<u>(16.568)</u>	<u>(14.397)</u>	<u>39.379</u>	<u>5.278</u>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>								
Partes relacionadas								
Recursos liberados							(59.750)	
Recursos recebidos							55.599	
Adições ao investimento	(181.551)	(147.014)					(24.554)	(189.194)
Adições ao imobilizado							(646.531)	(531.573)
Adições ao diferido/intangível	(3.925)						(686.856)	(795.098)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.189)	(7.011)						
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(193.665)</u>	<u>(154.025)</u>	<u>(1.362.092)</u>	<u>(1.515.865)</u>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>								
Dívidas de curto e longo prazos, líquidas								
Captações							1.026.620	1.870.595
Pagamentos de principal							(28.118)	(314.948)
Partes relacionadas								
Recursos liberados	(386.954)	(269.620)					(505.759)	(370.159)
Recursos recebidos	540.887	442.951					706.754	476.858
Adiantamento para futuro aumento de capital								10.813
Aumento de capital social	56.537						123.214	50.357
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<u>210.470</u>	<u>173.331</u>	<u>1.322.711</u>	<u>1.723.516</u>				
Efeito de caixa das empresas inseridas e excluídas na consolidação							(94.803)	85.449
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes a caixa							1.483	(10.828)
<b>Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalente de caixa</b>	<u>237</u>	<u>4.909</u>	<u>(93.322)</u>	<u>287.550</u>				
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	21.197	16.288	327.793	40.243				
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>21.434</u>	<u>21.197</u>	<u>234.471</u>	<u>327.793</u>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Operações continuadas</b>								
Receita (Nota 21)			1.316.492	1.019.933				
Custos dos serviços prestados			(729.054)	(734.142)				
Custos de construção			(382.365)	(159.534)				
<b>Lucro bruto</b>			<u>205.073</u>	<u>126.257</u>				
<b>Receitas (Despesas)</b>								
Gerais e administrativas	(12.134)	(8.141)	(73.375)	(93.603)				
Outras receitas (despesas), líquidas	2.654		2.683	100				
<b>Lucro operacional</b>	<u>(9.480)</u>	<u>(8.141)</u>	<u>134.381</u>	<u>32.754</u>				
<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 22)</b>	8.142	(8.609)	(120.871)	(159.460)				
<b>Resultado de participações societárias (Nota 11)</b>	20.421	(115.774)	54.628					
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	19.083	(132.524)	68.138	(126.706)				
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	(2.263)	2.263	(24.726)	(18.099)				
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<u>16.820</u>	<u>(130.261)</u>	<u>43.412</u>	<u>(144.805)</u>				
<b>Atribuível a</b>								
Acionistas da Companhia							16.820	(130.261)
Participação dos não controladores							26.592	(14.544)
							<u>43.412</u>	<u>(144.80</u>

Em 28 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da OTPP, mediante emissão de 6.000.000 de novas ações ordinárias, totalmente subscritas pela Companhia. Desse total, 3.000.000 de ações foram integralizadas nessa data, no montante de R\$ 3.000.

Em 30 de abril de 2010, a denominação social da subsidiária Via Parque S.A. ("Via Parque") foi alterado para Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC").

Em 22 de junho de 2010, a Companhia aumentou o capital social da controlada OTPP mediante integralização de 146.526.995 ações ordinárias e 29.305.400 ações preferenciais de emissão da então investida, Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB"), equivalente a 91.488.688 ações ordinárias da OTPP, representando a versão da participação da Companhia na CRB, no montante de R\$ 91.489 (Notas 12 (i) e 12 (ii)). Nessa mesma data, houve a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 75.915 (i) e 12 (ii) e cancelamento de 75.914.759 quotas, das quais 75.914.758 detidas pela ODB e 1 quota detida pela ODBINV. Esta redução ocorreu mediante a transferência de 95.231.616 ações ordinárias de emissão da OTPP para a ODB.

Em 17 de agosto de 2010, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 14.202 com o cancelamento de 14.201.993 ações ordinárias de emissão da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. e 2.668.448 ações preferenciais de emissão da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. e 2.668.448 ações preferenciais de emissão da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRB") em favor da transferência da totalidade de seu investimento no CLPN, em valor contábil na data base 31 de julho de 2010.

Abaixo, apresentados, de maneira sintética, o balanço patrimonial consolidado daquelas empresas diretamente envolvidas no processo de equalização societária (redução do capital) descrito anteriormente, tendo por data base 31 de maio de 2010 para as empresas OTPP e CRB, e data base 31 de julho de 2010 para CRC.

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalente de caixa	96.275	Empréstimos e financiamentos	923.482
Contas a receber	17.822	Fornecedores	35.138
Despesas antecipadas	5.220	Credor pela aquisição da concessão	321.420
Outros ativos	6.397	Outros passivos	9.653
	125.714		1.289.693
<b>Não circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
Contas a receber	55.053	Empréstimos e financiamentos	319.852
Imposto a recuperar	15.656	Partes relacionadas	82.336
	70.709	Imposto de renda e contribuição social	3.092
Imobilizado	282.723		405.280
Intangível	1.354.738	Patrimônio líquido	
	1.637.461	Capital social	294.757
		Prejuízos acumulados	(155.846)
			138.911
			1.833.884

**Total do ativo** 1.833.884

**Total do passivo e patrimônio líquido** 1.833.884

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 Base de preparação**

As demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 16 de março de 2011. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, especialmente para a investida Madeira Energia S.A. e sua controlada.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.2.

**(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 2.5.

**(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

**2.2 Consolidação**

**(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

**(i) Controladas**

A Companhia utiliza o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em suas controladas. Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente resultante de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as mesmas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

**(ii) Transações e participações não controladoras**

A Companhia trata as transações com participações não controladoras, transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos à entidade objeto de perda de controle são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

**(iii) Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente resultante de participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas adquire o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment*.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação no movimento das reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

**(iv) Companhias consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as da Companhia e de suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	País	Participação no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<b>Empresas integralmente controladas</b>			
OLMOS	Peru	63,68	63,68
IIRSA NORTE	Peru	53,95	53,95
IIRSA 2	Peru	45,00	45,00
IIRSA 3	Peru	45,00	45,00
Odebrecht Infrastructure Investments LLC. ("OIILC")	USA	100,00	100,00
Odebrecht Peru Inversos e Infraestrutura S.A. ("OPII")	Peru	99,99	99,99
Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB") (*)	Brasil		99,00
MACOL	Panamá	100,00	100,00
CRB (*)	Brasil		60,00
OTPP (*)	Peru		100,00
H2OLMOS S.A. ("H2OLMOS")	Peru	99,99	99,99
Concessionária Ruta Del Sol S.A. ("Ruta Del Sol")	Colômbia	37,00	37,00
Empresa de Generación Huallaga S.A. ("Huallaga")	Peru	86,40	86,40
Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A. ("Arena Pernambuco") (**)	Brasil	96,00	
AC Energia S.A. ("Acnergia") (**)	Peru	99,90	
Marañon Energia S.A. ("Marañon") (**)	Peru	99,90	
<b>Empresas consolidadas proporcionalmente</b>			
Madeira Energia S.A. ("MESA")	Brasil	17,60	17,60
Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. ("CENTRAD")	Brasil	47,50	47,50
Concessionária Rota Bahia Norte S.A. ("Bahia Norte") (**)	Brasil	50,00	
Fonte Nova Negocios e Participações S.A. ("FNP") (**)	Brasil	50,00	
<b>Empresa coligada</b>			
FI Banco de Investimento (**)	Brasil	50,00	
<b>Empresas controladas indiretamente</b>			
Hostens Holding S.A. (*)	Brasil		47,65
Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. (*)	Brasil		24,49
Santo Antonio Energia S.A.	Brasil	17,60	17,60

(\*) Investimentos transferidos para estrutura societária da OTP (Notas 1 e 12).

(\*\*) Investimento adquirido/constituído em 2010.

Nas controladas em conjunto com outros acionistas, a consolidação das contas de ativo, passivo e resultado foi efetuada proporcionalmente às participações totais detidas no capital social, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos, passivos, as receitas e despesas entre as mesmas.

**(b) Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras consolidadas são igualmente feitos nas demonstrações financeiras individuais para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

**2.3 Conversão de moeda estrangeira**

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e também, a sua moeda de apresentação.

**(b) Transações e saldos**

As operações e saldos em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos/(perdas), líquidos".

**(c) Empresas da Companhia**

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias.

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

**2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

**2.5 Ativos financeiros**

**2.5.1 Classificação**

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativo circulante quando o valor justo é positivo e como passivo circulante quando o valor justo é negativo, independente do seu vencimento.

**(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas controladas compreendem "Contas a receber de clientes", "demais contas a receber" e caixa e equivalente de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

**2.5.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo). Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não reclassificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

**2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo de realização e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo seu valor justo e as alterações neste valor são contabilizadas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*.

**Hedges de fluxo de caixa**

A controlada Madeira Energia S.A. ("MESA"), possui uma Política de Gestão de Riscos Financeiros ("Política"), aprovada pelo seu Conselho de Administração, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa e regular as principais exposições à risco financeiro oriundos do descasamento de usos e fontes, tais como: (i) de preço de commodities, (ii) de indexadores de preços na composição de ativos e passivos, (iii) de escolha de instrumentos de mitigação e (iv) de crédito. A Política estabelece controles para a gestão de riscos, bem como veda posições especulativas na carteira de derivativos, possibilitando a aplicação da contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

Os derivativos designados como "*hedge* de fluxo de caixa" e que se qualificarem para o "*hedge accounting*" são devidamente documentados para este fim. Essa documentação identifica o instrumento do "*hedge*", o objeto do mesmo, a natureza do risco que está sendo protegido, o período em que o efeito do item "*hedgado*" deve ser reconhecido, e como a efetividade será mensurada ao longo da vigência da operação.

A metodologia de contabilização e apuração dos instrumentos financeiros derivativos leva em consideração o valor justo no reconhecimento inicial e a cada período em que são novamente mensurados. O valor justo do derivativo é determinado pela aplicação de técnicas de avaliação do valor presente por desconto de fluxo de caixa futuros, os quais são baseados em informações de mercado na data de cada efetivação. O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de "*hedge* de fluxo de caixa". A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como "*hedge* de fluxo de caixa" é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como "*hedge* de fluxo de caixa", as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

Para a utilização do *hedge accounting*, a MESA ampara-se na sua Política classificando os derivativos aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa. A MESA considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada. O *hedge* de fluxo de caixa é destinado à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco associado a um ativo ou passivo ou a uma transação futura altamente provável que podem impactar, de forma significativa, o resultado da Empresa e de suas controladas.

Conforme a Política, trimestralmente são realizadas análises com o objetivo de comprovar a efetividade das operações de *hedge*. Na reavaliação do valor justo de um derivativo designado como *hedge*, os ganhos ou perdas efetivas são reconhecidos no patrimônio líquido na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" e a porção considerada como não efetiva deste instrumento é reconhecida como resultado financeiro.

**2.7 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.8 Fundos restritos**

Os fundos restritos representam depósitos bancários realizados pelas controladas Concessionária Transvasse Olmos ("OLMOS"), no montante de R\$ 25.895, Concessionária IIRSA Norte S.A. ("IIRSA NORTE"), no montante de R\$ 6.481, Concessionária Interoceânica Sur-Tramo 3 S.A. ("IIRSA 3"), no montante de R\$ 97 e Concessionária Ruta Del Sol S.A. ("Ruta Del Sol"), no montante de R\$ 38.195. Sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais nas concessionárias localizadas no Peru e na Colômbia.

**2.9 Contas a receber**

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor atuado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

**2.10 Adiantamentos a fornecedores**

Os adiantamentos a fornecedores representam valores concedidos a fornecedores, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais.

**2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas Controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da à medida que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável e quando há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Em 31 de dezembro de 2010, o imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados ativo e passivo no montante de R\$ 2.169 e R\$ 1.507, respectivamente, foram calculados sobre os ganhos com instrumentos financeiros derivativos da controlada indireta Santo Antônio Energia S.A., reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido (Notas 4.2 e 14) e sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis nas demonstrações financeiras, principalmente no que se refere às concessões operadas pela Companhia e suas controladas. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 14).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**2.12 Adiantamento para futuro aumento de capital**

Referem-se a recursos enviados às investidas, para posterior aporte de capital. O AFAC é registrado ao custo e não são acrescidos encargos. O montante de R\$ 15.200 refere-se ao valor enviado para controlada direta APNI. O saldo em 31 de dezembro de 2009, refere-se a recursos enviados à CRC, no valor de R\$ 7.011.

**2.13 Imobilizado**

Composto, substancialmente, por gastos pré-operacionais da investida indireta da Companhia, Santo Antônio Energia S.A. Os gastos pré-operacionais, por estarem diretamente relacionadas à construção de bens do imobilizado e em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), são capitalizados ao custo. Esses gastos também não estão sendo depreciados contabilmente.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também incluiu os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

**2.14 Ativos intangíveis**

**(a) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Quando aplicável, ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

**(b) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão**

A Companhia e suas controladas reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de construção e administração de rodovias e arenas esportivas presentes nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (05), correlacionadas à Norma Interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é avaliado pelo valor justo, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita foi estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e suas controladas e, até este momento, os investimentos realizados são avaliados a valor justo e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e suas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

**(c) Software**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada no prazo máximo de até cinco anos.

**(d) Direito de outorga da concessão**

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada linearmente com base no prazo da concessão. O saldo refere-se a controlada indireta Santo Antônio Energia S.A. no montante, proporcional à participação da Companhia, de R\$ 23.353.

**2.15 Impairment de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros incorreu deterioração. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não foram identificadas pela Companhia e suas controladas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

**2.16 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

**2.17 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.18 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures perpétuas que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. Os dividendos sobre essas ações preferenciais são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**2.19 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Até 31 de maio de 2010, a Companhia reconheceu as receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias, oriundas da então controlada CRB. Tais receitas foram reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes.

Conforme Notas 1, 12 (i) e 12 (ii), a Companhia transferiu sua participação na CRB para a OTPP em 22 de junho de 2010, tendo como data base 31 de maio de 2010.

**(a) Vendas de serviços**

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida à medida em que o serviço é prestado e medido.

**(b) Contratos de construção**

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de percentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico financeiro de cada contrato.

A receita de contratos de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data base das demonstrações financeiras. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

Caso determinados contratos não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia leva em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

**2.20 Subvenções outorgadas pelo governo Peruano (co-financiamento)**

De acordo com o contrato firmado com o Governo Peruano para concessão da construção, operação e manutenção das obras relacionadas à OLMOS, o Governo Peruano se compromete a efetuar um aporte financeiro (não recuperável) a partir da data de entrega do controle do projeto (22 de março de 2006). Neste

sentido, as subvenções outorgadas pelo Governo Peruano serão reconhecidas como ingressos ao intangível (obras em andamento) no período em que a concessionária tenha direito a receber o benefício. Posteriormente a referida subvenção será reconhecida ao resultado do exercício na mesma proporção e oportunidade da amortização do ativo concessivo.

Para fins de apresentação, as subvenções em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 136.178 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 138.970), estão apresentadas líquidas no ativo intangível (Nota 14).

**2.21 Regime Tributário de Transição – RTT**

O Regime Tributário de Transição ("RTT") terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia e suas controladas diretas optaram pela adoção do RTT no biênio 2008-2009.

Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas diretas utilizaram das prerrogativas definidas no RTT. Considerando que uma nova legislação que discipline os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis ainda não foi promulgada, a Companhia e suas controladas continuam se utilizando das prerrogativas do RTT no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

De acordo com a Lei nº 11.941/09 artigo 15º, inciso IV, § 3º, observado o prazo estabelecido no § 1º deste artigo, o RTT será obrigatório a partir do ano-calendário de 2010, inclusive para a apuração do imposto sobre a renda com base no lucro presumido ou arbitrado, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), da Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

**3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

**(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda em praticamente todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

**(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

**4 Fatores de risco financeiro**

**4.1 Gestões de risco financeiro**

A Companhia e suas controladas participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Adicionalmente, a investida MESA, opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente com operações de *hedge*.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger contra os efeitos de variações das taxas de câmbio sobre a exposição consolidada a moedas e das flutuações das taxas de juros.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

**(a) Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

**(b) Risco com taxa de câmbio**

A Companhia, através de suas controladas no Peru, possui volume significativo de operações em dólares norte-americanos, com pouca exposição à moeda local (soles peruanos).

O risco associado decorre, principalmente, da possibilidade das controladas no Peru virem a incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores dos custos em moeda local.

Os saldos em moeda estrangeira estão assim apresentados:

	US\$ mil	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalente de caixa e fundos restritos	13.810	12.698
Contas a receber de clientes	93.491	57.116
Adiantamentos a fornecedores	42.167	89.020
Outros ativos	56.383	35
	<u>205.851</u>	<u>158.869</u>
Passivo		
Fornecedores	(12.304)	(8.199)
Adiantamentos recebidos de clientes	(111.159)	(100.868)
Financiamentos a curto prazo	(5.746)	
Financiamentos a longo prazo	(182.180)	(91.167)
Outros passivos	2.829	(493)
	<u>(308.560)</u>	<u>(200.727)</u>
	<u>(102.709)</u>	<u>(41.858)</u>
<b>Exposição líquida</b>		

A exposição líquida demonstrada é minimizada pelas receitas de serviços a serem prestados vinculados ao contrato de concessão que tem o preço da tarifa indexado ao dólar norte-americano e também pelo perfil da dívida de longo prazo.

Adicionalmente, o Governo Peruano se compromete a efetuar aportes financeiros em dólares norte-americanos, conforme descrito na Nota 2.0.

A controlada indireta Santo Antônio Energia S.A. possui volume significativo de operações em Euro relacionadas a compra de equipamentos para montagem da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Assim a flutuação da cotação da moeda frente ao Real expõe a Companhia a um risco de fluxo de caixa.

Para proteção dos valores que impactam o fluxo de caixa a controlada indireta Santo Antônio optou por utilizar opções titulares de compra de euro (*call*), esta estratégia de compra compreende 16 fluxos mensais iniciados em novembro de 2010 e terminando em fevereiro de 2012.

**(c) Exposição a riscos de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de riscos de crédito correspondem, principalmente, às contas correntes bancárias, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos, expostas ao risco da instituição financeira.

Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas controladas mantêm operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem "ratings" fornecidos por agência internacionais como Fitch Rating, Standard & Poor's e Moody's Investor e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração através da Política de Gestão de Riscos de Riscos Financeiros.

**(d) Gerenciamento de riscos**

A controlada indireta Santo Antônio Energia S.A. realiza operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes, principalmente, das variações do IGP-M. Os principais riscos que a Companhia e sua investida pretendem reduzir são sobre o fluxo de caixa, regulando as principais exposições de riscos financeiros oriundos do descasamento de usos e fontes, como: (i) de preço de "commodities", (ii) de indexadores de preços na composição de ativos e passivos, (iii) de escolha de instrumentos de mitigação e (iv) de crédito.

A atividade de gestão de risco é regida por uma Política de Gestão de Riscos, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e sob a responsabilidade da Diretoria Financeira da Santo Antônio Energia S.A., que é composta por responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como Tesouraria, Planejamento Financeiro, Fiscal e Contabilidade. A Política define todas as características das atividades de gestão de risco, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites, e critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez. O objetivo da gestão de riscos é a proteção do fluxo de caixa da Companhia e de sua investida indireta visando, através da redução da volatilidade com instrumentos derivativos, regular as principais exposições de riscos de investimento e financeiros oriundos da operação. Para isso, os instrumentos derivativos são utilizados apenas em posições contrárias à exposição da controlada indireta Santo Antônio Energia S.A.

A estratégia da Companhia e de sua investida indireta se baseia na utilização de instrumentos financeiros derivativos para a mitigação dos riscos de mercado considerados relevantes. A utilização destes instrumentos está sujeita a análises profundas sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições. A controlada indireta Santo Antônio Energia S.A. monitora e avalia seus contratos derivativos periodicamente e ajusta a sua estratégia de acordo com as condições de mercado.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é realizada com o intuito de proteção dos ativos e patrimônio dos acionistas e, portanto, não são mantidas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

**(e) Exposição a riscos de índices gerais de preços**

Atualmente a controlada indireta Santo Antônio Energia S.A. está exposta ao risco de que uma variação nos índices Gerais de Preços (IGP-M) cause um aumento nos seus investimentos futuros através da correção por indexadores, no pagamento do contrato firmado para a construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

Para a proteção dos valores que impactam o fluxo de caixa de investimentos, a administração concluiu que é possível mitigar parte dos riscos de juros incluídos sobre os fluxos de pagamentos através de um swap efetuado com uma instituição financeira de primeira linha no Brasil. Para isso, através de modelos estatísticos, verificou-se que o derivativo contratado é altamente correlacionado com a variação do IGP-M. O *swap* de IGP-M foi feito no montante de R\$ 1.200.000, contra taxa pré-fixada de 5,86% ao ano, compreendendo 36 fluxos mensais começando em janeiro de 2010 e com vencimento em dezembro de 2012.

A Companhia e sua investida indireta classificam este derivativo como "hedge de fluxo de caixa" para efeito de contabilização, apresentando o valor justo no ativo ou no passivo e reconhecendo as variações de valor justo dos *hedges* efetivos no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Na data de competência de cada fluxo "*hedgado*", os respectivos saldos nessa conta são baixados com contrapartida em um ajuste do valor de reconhecimento inicial de um ativo ou passivo não financeiro, cujo reconhecimento é causado pela transação ("*basis adjustment*").

Em 31 de dezembro de 2010, o valor justo do contrato em aberto apresenta um ganho de R\$ 22.354 (31 de dezembro de 2009 - perda de R\$ 31.490), registrado a débito da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante, tendo como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e seus efeitos tributários registrados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

Efetuamos os cálculos retrospectivos e prospectivos de efetividade, adotando para os testes prospectivos cenário de choque nas taxas de DI x IGP-M.



# ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Praia de Botafogo, 300 - 11º andar - parte  
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ Nº 07.668.258/0001-00

## (ii) Movimentação dos investimentos em controladas

	Saldo no início do exercício		Cisão/ alienação	Equivalência patrimonial/ Provisão para perdas em investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Variação cambial	Transferência	Saldo final do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial/ ajustes CPC	Saldo no final do exercício após ajustes CPC
	Adição									
<b>Investimentos</b>										
IIRSA 2	18.202			17.859		(789)		35.272		35.272
IIRSA 3	15.683			3.846		(348)		19.181		19.181
IIRSA NORTE	8.697			2.423		(282)		10.838		10.838
OLMOS	24.367					(3.146)		21.221		21.221
OPII (Peru)	217			55		(3)		269		269
CRC (*)	17.757	3.463	(15.397)	(5.823)					345	345
CRB (*)	58.512	39.749		(6.773)			(91.488)		3.223	3.223
MACOL	3.753			3.573		(429)		6.897		6.897
CENTRAD	2.478			(732)				1.746		1.746
H2OImos	872	2.563				(77)		3.358		3.358
Huallaga	8							8		8
Ruta Del Sol	8.184	6.667		698		329		15.878		15.878
Mesa				(14.619)	2.246		29.941	17.568		17.568
Concessionária Litoral Norte	2.668		(2.668)							
Fonte Nova		3.000		(1.341)				1.659		1.659
Estaleiro Enseada do Paraguaçu (**)		2.521						2.521		2.521
Arena Pernambuco (**)		4.688		(1.476)				3.212		3.212
Rota Bahia Norte		35.000		(4.978)				30.022		30.022
FIP Banco de Investimento		21.225		808				22.032		22.032
AC Energia		1						1		1
Marañón Energia		1						1		1
<b>Total - 31 de dezembro de 2010</b>	<b>161.398</b>	<b>118.878</b>	<b>(18.065)</b>	<b>(6.480)</b>	<b>2.246</b>	<b>(4.745)</b>	<b>(61.547)</b>	<b>191.684</b>	<b>3.568</b>	<b>195.252</b>
<b>Total - 31 de dezembro de 2009</b>	<b>57.944</b>	<b>149.834</b>	<b>51</b>	<b>(34.716)</b>		<b>(11.697)</b>	<b>(18)</b>	<b>161.398</b>	<b>(4.999)</b>	<b>156.399</b>

	Saldo no início do exercício	Adição	Cisão/ alienação	Equivalência patrimonial/ Provisão para perdas em investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Transferência	Saldo final do exercício
<b>Provisão para perdas em investimentos</b>							
OTPP (*) (***)	(63.270)	3.000	(75.915)	44.696		91.489	
MESA (****)	(17.628)	63.184		(21.363)	5.748	(29.941)	
<b>Total - 31 de dezembro de 2010</b>	<b>(80.898)</b>	<b>66.184</b>	<b>(75.915)</b>	<b>23.333</b>	<b>5.748</b>	<b>61.548</b>	
<b>Total - 31 de dezembro de 2009</b>	<b>(2)</b>	<b>(4.799)</b>		<b>(76.118)</b>		<b>19</b>	<b>(80.900)</b>

(\*) Em função da transferência dos investimentos detidos pela Companhia na CRB e CRC para a OTP e, posteriormente para OTP os resultados destas investidas referem-se ao período de consolidação enquanto investida na companhia.  
 (\*\*\*) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.  
 (\*\*\*\*) Neste montante estão contemplados os ágios registrados sobre o valor dos investimentos na Embraport e na Coimex, no montante de R\$ 53.820, que foram reconhecidos na Companhia em decorrência da operação de Cisão do acervo líquido do patrimônio da Hostens.  
 (\*\*\*\*\*) O investimento da Companhia na MESA foi ajustado em decorrência da operação de derivativos em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 5.748.

## (iii) Outras informações relevantes sobre os investimentos:

**(a) OLMOS** - Constituída em 19 de janeiro de 2006, tendo como objetivo a exploração da concessão para construção, operação e manutenção das obras relacionadas à transposição de águas do projeto OLMOS. Em 12 de fevereiro de 2009, a Empresa efetuou o aumento de capital no montante de R\$ 5.170 em moeda corrente, sendo que os aportes foram realizados de forma desproporcional em relação à participação societária, ocorrendo uma redução no percentual de participação.  
**(b) IIRSA 2, IIRSA 3 e IIRSA NORTE** - Em 3 e 4 de abril de 2006, a OPI adquiriu da Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"), a valor patrimonial, a IIRSA 2 no montante de R\$ 2.806, a IIRSA 3 no montante de R\$ 4.446, e a IIRSA NORTE no montante de R\$ 1.936, as quais têm como objetivo a exploração da concessão para construção, conservação, operação e manutenção de trechos rodoviários no Peru.  
**(c) OPII** - Constituída em 25 de janeiro de 2006, tendo como objetivo, principal a participação direta e indiretamente de obras e serviços públicos e/ou de seus respectivos investimentos, especificamente no âmbito de infraestrutura viária, portuária, aeroportuária, energia e outras atividades relacionadas à infraestrutura.  
**(d) CRC**, anteriormente Via Aéreo - Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva, assim como a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessários ao funcionamento da referida ponte e sistema. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em 11 de junho de 2010, com início imediato das operações, pelo prazo de 30 anos. Em 26 de fevereiro de 2010, a CRC teve o seu capital social aumentado por meio da emissão de 3.462.880 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela OPI por meio da capitalização de créditos, no montante de R\$ 3.463 (nota 11 (ii)). Em 30 de abril de 2010, a investida teve sua razão social alterada para Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., sem alteração na composição acionária e societária.  
**(e) MACOL** - Constituída em 22 de dezembro de 2006, tendo como objetivo atuar na construção, manutenção, administração e exploração da concessão viária Madden-Colon no Panamá.  
**(f) CRB** - Detém a concessão para explorar a rodovia Dom Pedro I, no Estado de São Paulo, e será responsável pela administração de um trecho de 297 quilômetros do corredor que liga a região do Vale do Paraíba e Campinas, além de 81,4 quilômetros de estradas vicinais. O prazo de concessão será de 30 anos, sendo que a investida tem sete praças de cobrança de pedágio. A Companhia integralizou capital na CRB em 9 de fevereiro de 2009, data de sua constituição, no montante de R\$ 1 em moeda corrente. Em 3 de março de 2009, a investida subscreveu o aumento de capital de R\$ 208.812 mediante a emissão de 208.812.306 novas ações.  
 Em 23 de abril de 2010, a então investida aumentou seu capital social em R\$ 57.054 mediante a emissão de 57.054.000 novas ações totalmente subscritas, sendo 28.527.000 ações ordinárias e 28.527.000 ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1,00 cada. A participação da Companhia no referido aumento monta a R\$ 34.232. Adicionalmente, ao longo do período de cinco meses findo em 31 de maio de 2010, a Companhia aportou capital na CRB, totalizando o montante de R\$ 5.517.  
 O referido investimento foi transferido para estrutura da OTP, em 22 de junho de 2010 (Notas 1, 12 (i) e 12 (ii)).  
**(g) CENTRAD** - Constituída em 6 de fevereiro de 2009. Tem por objetivo a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal, na forma do Edital de concorrência de parceria Público-Privada nº 01/2008 e do contrato de concessão administrativa. Em 3 de abril de 2009, a investida subscreveu o aumento de capital de R\$ 30.999 mediante a emissão de 30.999.000 novas ações, sendo as mesmas integralizadas parcialmente em moeda corrente no montante de R\$ 2.945, até 30 de junho de 2010. O prazo de concessão para operação e manutenção da CENTRAD será de 20 anos, sendo que as obras têm prazo de conclusão de dois anos.  
**(h) H2OLMOS** - Constituída em 27 de outubro de 2009. Tem por objetivo a construção e concessão do projeto Irrigação Olmos.  
**(i) OTTP** - Constituída em 12 de maio de 2008 com denominação social de Liubliana SP Participações S.A.. Teve sua denominação social alterada para Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP") em 23 de abril de 2010. Em 28 de outubro de 2009, a OTTP teve seu capital social aumentado mediante a emissão de 742.148 novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela OPI, no montante de R\$ 742. Em 28 de abril de 2010, a OTTP emitiu 6.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas em sua totalidade pela OPI e integralizadas parcialmente no montante de R\$ 3.000 em moeda corrente. Em 22 de junho de 2010, a OPI integralizou 91.488.668 ações na investida OTTP, sendo que, deste total, 3.000.000 já haviam sido subscritas pela investida em 28 de abril de 2010, e o restante mediante a emissão de 88.488.668 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas mediante versão de 60% da participação na investida Rota das Bandeiras, no montante de R\$ 91.489, avaliada a valor contábil na data base de 31 de maio de 2010. Em 22 de junho de 2010, o referido investimento foi transferido para a estrutura da OTP, conforme mencionado nas Notas 1, 10 (i), 10 (ii) e 20 (a).  
**(j) Huallaga** - Adquirida em 6 de agosto de 2009 por US\$ 1.300 mil com ágio por rentabilidade futura registrado no montante de US\$ 1.295 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$ 2.110). Tem por objetivo a construção e concessão da Central Hidrelétrica Chaglla, no Peru.  
**(k) Ruta del Sol** - Tem por objetivo executar as obras necessárias para construção, ampliação e melhoria da Ruta del Sol, correspondente ao setor 2 (Puerto Salgar a San Roque) e direito de explorar todos o bens da concessão. Em 5 de maio de 2010, a Companhia efetuou o aumento de capital no montante de R\$ 6.595 (US\$ - 3.938 mil) em moeda corrente.  
**(l) MESA** - Constituída em 29 de agosto de 2007. Tem por objetivo a construção, operação, manutenção e exploração da hidrelétrica de Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, em leilão do Rio Madeira no Município de Porto Velho. Em 10 de dezembro de 2007, foi efetuado pela ANEEL o treilho para a concessão da respectiva hidrelétrica, no qual a MESA foi à vencedora. Em 29 de setembro de 2008, a MESA obteve anuência da ANEEL para transferir a concessão de geração de energia para sua subsidiária integral, Santo Antônio Energia S.A., que será responsável pela construção e exploração do empreendimento e pelas instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora. O custo total da obra está previsto em aproximadamente R\$ 14.415.000 (não auditado), sendo a previsão para término da obra estimado para o ano de 2015. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.  
**(m) FNP** - Incorporada em 11 de janeiro de 2010, com propósito de explorar e administrar em regime de Parceria Público-Privada a prestação de serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção do Estádio da Fonte Nova em Salvador, Bahia.  
**(n) APNI** - Constituída em 31 de maio de 2010, com propósito específico de explorar e administrar em regime de Parceria Público-Privada a Arena Multiuso da copa 2014 no estado de Pernambuco.  
**(o) CBN** - Constituída em 29 de junho de 2010, com objetivo específico a e operação do sistema Rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, 512, 521, 524, 526 e 535, seus acessos, faixas, edificações e terrenos, tudo em conformidade com contrato de concessão, firmado entre Estado da Bahia e departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia ("DERBA").  
**(p) Em 28 de junho de 2010, a Companhia adquiriu cotas de um fundo de ações (BANIF Banco de Investimento S.A.) cujas quotas serão conversíveis em ações da empresa Montgomery, que atua no setor de transportes.**

## 12 Imobilizado - Consolidado

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	Taxa de depreciação anual (%)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Obras em andamento (*)						
Rota dos Coqueiros				68.135	29.251	
MESA	1.245.713		1.245.713	513.625	54.967	
Embraport				12.990		
Veículos	2.182	(300)	1.882	50	99	20
Máquinas e equipamentos	2.570	(369)	2.201	4.204	37	10
Equipamentos de informática	942	(270)	672	316	180	20
Móveis e Utensílios	586	(77)	509	260	177	10
Outros	114	(1)	113	6	1.080	5 a 20
	<b>1.252.107</b>	<b>(1.017)</b>	<b>1.251.090</b>	<b>599.586</b>	<b>85.791</b>	

(\*) O ativo imobilizado consolidado inclui gastos relacionados às operações em desenvolvimento das controladas MESA, CRC e Embraport. Esses gastos estão sendo incorridos dentro dos referidos projetos e a sua realização encontra-se amparada pelas projeções das investidas, preparadas pelas suas administrações.

## (ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Saldo no início do exercício	599.586	85.791	
(+) Adições	760.713	498.126	
(+/-) Alteração societária (*)	(108.061)	16.136	
(-) Depreciação	(1.121)	(220)	
(+/-) Variação cambial	(27)	(247)	
Saldo no final do exercício	1.251.090	599.586	
(*) Efeitos decorrentes da inclusão / exclusão de empresas na consolidação por conta da aquisição / transferência de investimentos ocorridas durante o primeiro semestre de 2010 (Notas 1, 12 (i) e 12 (ii)).			
<b>13 Intangível - Consolidado</b>			
<b>(i) Composição</b>			
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Obras em andamento (*)	595.708	388.208	314.032
Direito de outorga da concessão (**)		1.303.807	
Ágio sobre investimento	6.035	15.603	
Licença para instalação de obras		1.103	
Infra estrutura	32.040		
Concessão onerosa (***)	23.281		
Software adquiridos de terceiros	125	880	
	<b>657.189</b>	<b>1.709.601</b>	<b>314.032</b>

(\*) Gastos relativos à construção dos ativos vinculados às concessões obtidas. (Nota 2.14).  
 (\*\*\*) Ajuste a valor presente sobre a outorga da Rota das Bandeiras. A variação se deve a transferência da participação detida pela Companhia na CRB para a OTPP (Notas 1, 12 (i) e 12 (ii)).  
 (\*\*\*\*) Refere-se à concessão onerosa concedida pela União, para o uso do bem público para a geração hidrelétrica da controlada direta MESA.

## (ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo no início do exercício	1.709.601	314.032
(+) Adições	340.550	1.560.530
(-) Amortizações	(18.829)	(33.483)
(-) Baixa		(66.294)
(+) Alteração societária (*)	(1.461.378)	1.110
(-) Ajuste a valor presente (**)		(4.761)
(+/-) Variação cambial	87.245	(61.533)
Saldo no final do exercício	657.189	1.709.601
(*) Efeitos decorrentes da inclusão/exclusão de empresas na consolidação por conta da aquisição/transfêrencia de investimentos ocorridas durante o primeiro semestre de 2010 (Notas 1, 11 (i) e 11 (ii)).		
(**) A variação decorre da transferência do investimento da CRB para a OTPP (Notas 1 e 11 (ii)).		

## 14 Reconciliação da receita (despesa) do imposto de renda e da contribuição social no resultado - Consolidado

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.603	1.904
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.329)	(20.003)
	<b>(24.726)</b>	<b>(18.099)</b>

## (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos são compostos por diferenças temporárias, oriundas, substancialmente, de ajustes efetuados em virtude das alterações da legislação societária brasileira.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
<b>Ativo imposto diferido não circulante</b>			
Gastos contingentes (controladas do Peru)	2.169	2.233	15.733
Embraport (*)		14.250	
Imposto sobre baixa diferido		2.412	2.412
Imposto sobre ajustes de CPC		1.609	193
Imposto a compensar sobre prejuízos fiscais		1.620	
Imposto sobre provisão devedores duvidosos		2.263	
	<b>2.169</b>	<b>24.387</b>	<b>18.338</b>

## Passivo imposto diferido não circulante

Imposto sobre ganho operações de hedge	1.263		
Imposto sobre baixa diferido	92	966	390
Imposto sobre ajustes de alterações societárias	152	3.395	
	<b>1.507</b>	<b>4.361</b>	<b>390</b>

(\*) Para 31 de dezembro de 2009, a Embraport decidiu adotar os preceitos das Instruções CVM nºs 319 e 349, apresentando o valor líquido do ágio deduzido da provisão como "Provisão para redução no benefício". A Companhia constituiu essa provisão fundamentada na diminuição futura do imposto de renda e contribuição social sobre lucros em virtude da possibilidade da amortização do ágio com substância econômica. Essa reversão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado e sua controlada em conjunto, sendo que a reversão é lançada na conta de resultado de despesas administrativas e gerais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

## (b) Imposto de renda corrente

A reconciliação entre a despesa (receita) de imposto de renda pela alíquota nominal e pela efetiva para as investidas localizadas no Peru e no Brasil estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Resultado antes do imposto de renda	74.877	68.179
Taxa de Imposto de renda - 30% (*)	(22.463)	(20.454)
Adições e exclusões:		
Despesas não dedutíveis	127	(46)
Despesas dedutíveis	(95)	
Receitas isentas de tributação		(4)
Ganhos e perda por diferenças cambiais	(303)	801
Prejuízo exercício anterior	324	
Participação lucros	(218)	
Imposto de renda do ano - empresas do exterior	(22.628)	(19.703)
Imposto de renda do ano - empresas do Brasil	(3.701)	(300)
Despesa (receita) com imposto de renda no resultado	<b>(26.329)</b>	<b>(20.003)</b>
(*) Impostos calculados e registrados contabilmente sob o regime tributário Peruano.		

Continua

15 Financiamentos – Project Finance – Consolidado

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Bonds emitidos no mercado Peruano	US\$	Juros de 8,00%	105.326	106.767
Bonds emitidos no mercado Peruano	Soles	VAC + 6,625% (*)	75.044	79.172
Corporação Andina de Fomento - CAF	Soles	Libor + Spread	84.949	73.440
Banco Continental (f)	US\$	Juros de 5,50%	11.964	6.429
Banco do Nordeste (a)	R\$	Juros de 9,50%		50.759
Pentágono Trust Participações Ltda.(**)	R\$	Taxa DI + 4,75%		690.340
Desenbahia - Agência de Fomento (e)	R\$	Juros de 5,0% + TJLP	25.871	
		Juros de 2,4% a 3,8% + TJLP	926.460	391.992
BNDES (b)	R\$	Juros de 10%	91.838	36.079
Banco da Amazonia (c)	R\$	123% CDI		244.069
Banco do Brasil	R\$			
Banco de Bogotá (d)	US\$/COP (***)	Juros de 3% + Spread	154.019	
Bancolombia	US\$	Juros de 7,5%	39.863	
Banco do Nordeste	R\$	Juros de 13,46%	15.077	
			<u>1.530.411</u>	<u>1.679.587</u>

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Menos		
Passivo Circulante	(105.663)	(699.238)
Não circulante	<u>1.424.748</u>	<u>980.349</u>

(\*) VAC = Valor Aquisitivo Constante.

(\*\*) A Pentágono Trust Participações Ltda. ("Pentágono") é agente administrativo das instituições financeiras Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Votorantin, HSBC Bank Brasil e Banco Santander. Financiamento contratado pela CRB, cuja variação se deve a transferência da Companhia para OTP em maio de 2010 (Nota 1).

(\*\*\*) Peso Colombiano.

(a) Em 27 de dezembro de 2007, a CRC firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$ 52.900, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes. O presente contrato possui carência de 48 meses e, durante este período, os juros incidentes sobre o principal da dívida serão calculados e capitalizados trimestralmente e, desde 27 de janeiro de 2010, são apurados mensalmente e pagos juntamente com as prestações vincendas do principal. Conforme mencionado na Nota 11, o investimento na CRC foi alienado para a OTP em maio de 2010.

(b) Em 19 de dezembro de 2008, a controlada indireta, Santo Antônio Energia S.A., obteve aprovação para liberação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor total de R\$ 6.135.172, aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, sendo R\$ 3.092.586 diretamente através do BNDES e R\$ 3.042.586 através de agentes financeiros, o qual será colocado à disposição em parcelas, depois de atendidas certas condições estabelecidas, para a construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio. Em 31 de dezembro de 2010, havia sido liberado o montante de R\$ 4.863.752. O referido contrato de financiamento tem como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, subsidiária integral da MESA.

(c) Em 11 de março de 2009, a controlada indireta Santo Antônio Energia S.A., obteve aprovação para liberação de empréstimo junto ao Banco da Amazônia S.A. no total de R\$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O início da liberação do montante do contrato ocorreu no segundo semestre de 2009, e em 31 de dezembro de 2010, o saldo a pagar é de R\$ 521.808 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 203.420).

(d) Em 31 de maio de 2010, a investida Ruta Del Sol obteve aprovação para captação de empréstimos junto aos credores, Banco do Occidente S.A., Banco Popular S.A. e Banco AV Villas S.A., designado para representação pelo Banco de Bogotá, um montante de COP 200.000.000, tomados em pesos colombianos na modalidade de capital de giro com taxa de 3% a.a., e prazo de crédito de 18 meses e vencimento até novembro de 2011. Como garantia, foi emitida carta de crédito no valor de US\$ 18.000 mil que poderá ser executada pelo Banco de Bogotá em caso de descumprimento de cláusulas contratuais.

(e) Em 22 de junho de 2010, a investida FNP obteve a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CDB"), junto a Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. no valor de R\$ 50.000 que foi liberado em três parcelas, cujo vencimento ocorrerá em 21 de junho de 2025.

(f) Em 20 de agosto de 2010, a investida Irsa Norte obteve aprovação de empréstimo junto ao banco Continental no montante de USD 7.000, corrigida a taxa de 4,5% a.a com vencimento em 21 de novembro de 2011.

(i) Garantias

Os financiamentos mantidos pelas concessionárias do Peru estão garantidos pela hipoteca dos bens e direitos sobre a concessão OLMOS e por fianças bancárias e fundos restritos (Nota 2.2 (d)).

O financiamento firmado entre a controlada indireta Santo Antônio Energia S.A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possui as seguintes garantias:

(a) Penhor da totalidade das ações da controlada indireta Santo Antônio Energia S.A. de propriedade da sua controladora direta MESA, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças;

(b) Cessão fiduciária entre a controlada indireta Santo Antônio Energia S.A. e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da primeira, em decorrência do contrato de concessão de uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos contratos de compra e venda de energia (CCVEs) e dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEARs);

(c) Cessão fiduciária entre a controlada indireta Santo Antônio Energia S.A. e o BNDES envolvendo os contratos de concessão e de comercialização de energia tratados anteriormente; e

(d) Cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, através da assinatura do contrato de cessão fiduciária de direitos, administração de contas e outras avenças.

(ii) Cláusulas restritivas

Os financiamentos contratados pela controlada MESA, através da sua subsidiária integral Santo Antônio Energia S.A., junto ao BNDES, mencionados anteriormente, possuem cláusulas restritivas que vêm sendo adequadamente cumpridas pelas companhias contratadas.

(iii) Prazo de vencimento

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
2011		254.547
2012	26.089	14.521
2013	16.027	
2014	49.942	711.281
2015	83.886	
2016 em diante	<u>1.248.804</u>	
	<u>1.424.748</u>	<u>980.349</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontado.

16 Fornecedores – Consolidado

A composição dos principais saldos a pagar segregados por sociedades controladas pela Companhia pode ser assim apresentada:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1 de janeiro de 2009
MESA	90.947	33.245	33.805
Fonte Nova	29.099	37.479	
IIRSA NORTE	16.516	26.635	83.819
H2OLMOS	7.533		
Huallaga	6.090		
OLMOS	72.426	894	9.145
MACOL	1.086	1.034	36.817
IIRSA 3	589	2.780	122.089
IIRSA 2	468	44.186	56.712
Outros	<u>5.270</u>	<u>8.662</u>	<u>2.928</u>
	230.024	154.915	345.315

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Menos		
Passivo circulante	(143.493)	(145.728)
Não circulante	<u>86.531</u>	<u>9.187</u>

17 Adiantamentos recebidos de clientes – Consolidado

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1 de janeiro de 2009
IIRSA Norte	130.666	155.903	80.146
IIRSA 3	57.764	24.850	
	<u>188.430</u>	<u>180.753</u>	<u>80.146</u>

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Menos		
Passivo circulante	(188.430)	(180.753)

18 Credor pela Concessão – Consolidado

Em 31 de dezembro de 2009, refere-se aos saldos do ônus fixo e variável decorrente da concessão obtida pela entidade controlada Rota das Bandeiras, no montante de R\$ 618.975. Em 22 de junho de 2010, a referida investida foi transferida para OTP (Notas 1, 11 (i) e 11 (ii)).

19 Redores por debêntures – Consolidado

Em abril de 2009, a investida MESA emitiu 1.500.000.000 debêntures não conversíveis em ações, tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista e OPI, CNO, Andrade Gutierrez Participações S.A., Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, Furnas Centrais Elétricas S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. como intervenientes, além da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciária e agente do debenturista.

O objetivo desta emissão foi de obter recursos que serão destinados para a capitalização da controlada Santo Antônio Energia S.A. para desenvolvimento, implantação e construção para a exploração da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado. A seguir demonstramos a composição das operações:

	Valor unitário	Vencimento	Principal atualizado	Encargos	Total	Total	
1ª	R\$ 1,00	30/09/2012	Atual. IPCA + juros de 6,5% a.a.	281.852	33.279	315.131	279.907
2ª	R\$ 1,00	30/09/2012	Atual. IPCA + juros de 6,5% a.a.	281.851	33.279	315.130	279.905
3ª	R\$ 1,00	30/12/2012	Atual. IPCA + juros de 6,5% a.a.	251.040	29.641	280.681	249.307
4ª	R\$ 1,00	30/12/2012	Atual. IPCA + juros de 6,5% a.a.	251.040	29.641	280.681	249.307
5ª	R\$ 1,00	30/09/2013	Atual. IPCA + juros de 6,5% a.a.	281.852	33.278	315.130	279.906
6ª	R\$ 1,00	30/09/2013	Atual. IPCA + juros de 6,5% a.a.	<u>281.851</u>	<u>33.279</u>	<u>315.130</u>	<u>279.905</u>
				1.629.486	192.397	1.821.883	1.618.237

A composição do saldo dos encargos e do principal das debêntures em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é:

	Principal	Encargos	Total
Passivo não circulante - Mesa	1.629.485	192.398	1.821.883
Participação da OPI	17.60%	17.60%	17.60%
Passivo não circulante OPI	<u>286.789</u>	<u>33.862</u>	<u>320.651</u>

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 23 de dezembro 2009, foi aprovado o aumento do capital social, com a emissão de 340.000.000 novas quotas, no valor de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas pela Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A. ("OPIP").

Em 31 de dezembro de 2009, foi aprovada a emissão de 2.668.448 novas quotas, no valor de R\$ 1,00 cada,

subscritas pela CNO, que assim ingressa na Sociedade, e integralizou o capital com 2.668.448 ações preferenciais classe A, de emissão da Concessionária Litoral Norte S.A.

Ainda em 31 de dezembro de 2009, a OPIP e a CNO Odebrecht Lateral Norte S.A. emitiram pelo valor patrimonial contábil nesta mesma data, a totalidade das quotas de sua titularidade para a ODB, contra conta corrente entre as partes.

Em 22 de junho de 2010, foi aprovada a redução de capital, no montante de R\$ 75.915, com cancelamento de 75.914.760 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada, em devolução à acionista ODB, mediante a versão de 100% de sua participação detida na investida OTP, avaliada a valor contábil na data base de 31 de maio de 2010.

Em 31 de dezembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital, no montante de R\$ 60.000, mediante a emissão, pelo valor patrimonial, de 93.688.441 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrita e integralizada pela acionista ODB, sendo que R\$ 60.000 é integralizado mediante aporte de parte do crédito em conta corrente que a ODB detém junto à Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("BELGRÁVIA"). Desta forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 797.563 dividido em 845.453.845 ações ordinárias.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado do exercício ocorrerá quando da sua efetiva realização. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os saldos dos ajustes de avaliação patrimonial estão compostos por:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1 de janeiro de 2009
Saldo no início do exercício	(6.254)	10.985	
Ajuste a valor de mercado - hedge fluxo de caixa	7.994	(5.542)	
Variação cambial de investida no exterior (Notas 2.2 e 11 (iii))	(4.745)	(11.697)	10.985
	<u>(3.005)</u>	<u>(6.254)</u>	<u>10.985</u>

(c) Ajuste a valor de mercado - Derivativos

Nessa conta são classificados, enquanto não computados no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos na legislação societária. A seguir, demonstramos a movimentação reflexa ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, decorrente da avaliação a valor justo de instrumentos de hedge da Controlada Madeira Energia S.A. ("MESA"), líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2010 – Ajuste de avaliação patrimonial	(31.490)	
Variação no valor de mercado de instrumentos financeiros	45.424	(31.490)
Saldo final em 31 de dezembro de 2010 – Ajuste de avaliação patrimonial	<u>13.934</u>	<u>(31.490)</u>
Participação detida pela OPI na MESA	17,60%	17,60%
Operações com derivativos em 31 de dezembro de 2010	<u>2.452</u>	<u>(5.542)</u>

21 Receita – Consolidado

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2010	2009
Receita de construção (*)	406.115	158.702
Mercado externo (**)	152.206	129.766
Mercado externo (***)	771.649	743.306
Receitas e contribuições sobre serviço	(13.478)	(11.841)
Receita líquida	<u>1.316.492</u>	<u>1.019.933</u>

(\*) Essa receita foi apresentada considerando os investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos conhecimentos custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível (Nota 2.14) Atualmente as controladas H2OLMOS, Ruta Del Sol, CBN, FNP e CRB apresentam esta receita por estarem em fase de constituição do ativo concessivo.

(\*\*) Esta receita refere-se a arrecadação de pedágio da então controlada CRB que foi alienada para a OTP em maio de 2010 (Nota 11).

(\*\*\*) Receitas operacionais das controladas IRSA 2, IRSA 3, IRSA NORTE, MACOL localizadas no Peru e que já se encontram em operação.

22 Resultado financeiro, líquido – Consolidado

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Despesas financeiras		
Encargos financeiros pela aquisição da concessão - CRB	(16.081)	(45.084)
Atualização monetária sobre empréstimos	(30.672)	(8.144)
Custo negociação com títulos CRPAO (*)	(2.589)	(25.566)
Juros sobre empréstimos	(32.934)	(19.259)
Juros e correção monetária sobre debêntures	(35.842)	(20.810)
Comissões bancárias	(12.097)	(11.429)
Imposto sobre operação financeira ("IOF")	(7.510)	(6.780)
Variação cambial passiva	(2.350)	(36.445)
Outras	(1.199)	(4.233)
	<u>(141.274)</u>	<u>(177.750)</u>

Receitas financeiras

Receita de aplicação financeira	7.259	15.836
Variação cambial ativa		1.814
Juros sobre mútuos	11.918	
Outras	1.226	640
	<u>20.403</u>	<u>18.290</u>
	<u>(120.871)</u>	<u>(159.460)</u>

23 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia e em suas controladas obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica da Organização Odebrecht e contando com o apoio da OCS - Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda. ("OCS"), seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o montante de cobertura de seguros da Empresa é considerado suficiente para fazer face a eventuais sinistros. A subsidiária MESA contratou junto ao Unibanco AIG Seguros S.A., por intermédio da OCS, tendo a ANEEL como favorecida, um seguro que garante a indenização de até R\$ 650.000, referente ao cumprimento das obrigações assumidas por esta, através do contrato de concessão de uso de bem público decorrente do edital de licitação nº 05/2007 firmado entre a ANEEL e MESA, que tem por finalidade regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Madeira. O valor da garantia foi estipulado no referido edital de licitação e a apólice permanecerá em vigor até três meses após o início da operação comercial da última unidade geradora, o que deve ocorrer em outubro de 2016.

Adicionalmente, foi contratado junto ao Unibanco Seguros e Previdência S.A., um seguro para cobrir os riscos de engenharia que envolve obras civis de construção, instalação e montagem. Esse seguro cobre as seguintes importâncias e riscos: (a) as perdas e/ou danos às obras (*All Risks*) até o montante de R\$ 9.459.201; (b) responsabilidade civil até o limite de R\$ 20.000; (c) indenização pelos riscos de engenharia garantindo a construção e início da operação da Usina em caso de ocorrência de sinistro (*Delay in Start Up*) no montante de R\$ 1.586.771; (d) todos os contratos de serviços permanentes após a conclusão da Usina, os materiais neles incorporados, edifícios e seus conteúdos, enquanto que no canteiro de obras (*Property - All Risks*) no montante de R\$ 991.839. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas e/ou revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de cobertura de seguros da controlada Mesa é considerado suficiente para fazer face às eventuais sinistros e garantir a conclusão da construção e início das operações da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

24 Eventos subsequentes

Em Atas de Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 17 de janeiro de 2011, foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária o aumento de capital social da controlada MESA mediante a emissão de 304.000.000 (trezentos e quatro milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 304.000. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas na proporção da participação de cada um dos acionistas no capital social da Companhia e foram totalmente integralizadas nesta data. Nessa mesma ata, foi aprovada a efetivação do aumento de capital social de sua Controlada, mediante a emissão de 304.000.000 (trezentos e quatro milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 304.000, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Após o aumento de capital, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R\$ 663.100, dividido em 663.100.000 (seiscentos e sessenta e um milhões e cem mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

25 Adoção dos CPCs pela primeira vez

25.1 Base da transição

25.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs

Em conformidade com o BR GAAP antigo, os gastos relacionados as concessões obtidas pelas controladas da Companhia eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo com o prazo de duração da concessão.

Nos termos dos novos CPCs, a infraestrutura relacionada aos contratos de concessão deixa de ser registrada como construção e melhorias de acordo com os CPCs 17 e 30, em conta de receitas de construção, tendo como cessionário o direito de controle ou a propriedade do uso da infraestrutura dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento dos respectivos contratos.

Nesse contexto, para fins de registros contábeis, o concessionário registra as receitas de serviços de construção e melhorias de acordo com os CPCs 17 e 30, em conta de receitas de construção, tendo como contrapartida as rubricas de ativo intangível. A receita de construção é calculada com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela Administração, com base em premissas devidamente fundamentadas.

**(b) Gastos pré-operacionais**

Até 31 de dezembro de 2008, nos termos do BR GAAP antigo, a Companhia e suas controladas adotava como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Nos termos dos novos CPCs, os gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis devem ser lançados como despesa imediatamente.

Dessa forma, os saldos de R\$ 8.928 e R\$ 13.868 em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, respectivamente, foram ajustados pela baixa dos gastos pré-operacionais.

**(c) Lucros (prejuízos) acumulados**

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros (prejuízos) acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Nota 25.3).
- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (Nota 25.4).
- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Nota 25.7).

<b>25.2.1 Conciliação em 1º de janeiro de 2009 - Consolidado</b>			
	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Efeitos CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	40.243		40.243
Fundos restritos	24.543		24.543
Contas a receber	307.606		307.606
Adiantamentos a fornecedores	71.524		71.524
Tributos a recuperar	77.197		77.197
Despesas antecipadas	13.169		13.169
Outros ativos	18.203		18.203
	<u>552.485</u>		<u>552.485</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Sociedades da Organização Odebrecht	245.510		245.510
Impostos diferidos	15.733	2.605	18.338
Demais contas a receber	2.807	4.505	7.312
	<u>264.050</u>	<u>7.110</u>	<u>271.160</u>
<b>Imobilizado</b>			
Intangível	85.795	(4)	85.791
Intangível infra estrutura	317.575	(29.250)	288.325
Diferido		25.707	25.707
	<u>8.928</u>	<u>(8.928)</u>	<u>0</u>
	<u>676.348</u>	<u>(5.365)</u>	<u>670.983</u>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.228.833</b>	<b>(5.365)</b>	<b>1.223.468</b>

<b>25.2.2 Conciliação em 31 de dezembro de 2009 - Consolidado</b>			
	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Efeitos CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	327.793		327.793
Fundos restritos	9.377		9.377
Aplicação financeira	35.258		35.258
Contas a receber	189.778		189.778
Adiantamentos a fornecedores	157.438		157.438
Adiantamentos diversos	4.954		4.954
Tributos a recuperar	39.927		39.927
Despesas antecipadas	12.851		12.851
Outras contas a receber	5.450	2.922	8.372
	<u>782.826</u>	<u>2.922</u>	<u>785.748</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Sociedades da Organização Odebrecht	435.395		435.395
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	19.788	4.599	24.387
Tributos a recuperar	2.511		2.511
Despesas antecipadas	16.107		16.107
Contas a receber	46.909		46.909
Demais contas a receber	5.975	8.242	14.217
	<u>526.685</u>	<u>12.841</u>	<u>539.526</u>
<b>Investimento</b>			
Imobilizado	2.668		2.668
Intangível	711.529	(111.943)	599.586
Intangível infra estrutura	1.602.962	(69.132)	1.533.830
Diferido		175.771	175.771
	<u>13.868</u>	<u>(13.868)</u>	<u>0</u>
	<u>2.857.712</u>	<u>(6.331)</u>	<u>2.851.381</u>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.640.538</b>	<b>(3.409)</b>	<b>3.637.129</b>

<b>25.2.3 Conciliação em 1º de dezembro de 2009 - Controladora</b>			
	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Efeitos CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	16.288		16.288
Adiantamentos a fornecedores	30		30
Tributos a recuperar	121		121
Despesas antecipadas	5.323		5.323
Outros ativos	17		17
	<u>21.779</u>		<u>21.779</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Sociedades da Organização Odebrecht	279.590		279.590
	<u>279.590</u>		<u>279.590</u>
<b>Investimento</b>			
Imobilizado	63.655	(5.711)	57.944
	<u>130</u>		<u>130</u>
	<u>343.375</u>	<u>(5.711)</u>	<u>337.664</u>
<b>Total do ativo</b>	<b>365.154</b>	<b>(5.711)</b>	<b>359.443</b>

<b>25.2.4 Conciliação em 31 de dezembro de 2009 - Controladora</b>			
	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Efeitos CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	21.197		21.197
Adiantamentos diversos	4.689		4.689
Tributos a recuperar	260		260
Outros ativos	2.938		2.938
	<u>29.084</u>		<u>29.084</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.263		2.263
Sociedades da Organização Odebrecht	440.237		440.237
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.011		7.011
	<u>449.511</u>		<u>449.511</u>
<b>Investimento</b>			
Imobilizado	161.398	(4.999)	156.399
Intangível	132		132
	<u>2.110</u>		<u>2.110</u>
	<u>613.151</u>	<u>(4.999)</u>	<u>608.152</u>
<b>Total do ativo</b>	<b>642.235</b>	<b>(4.999)</b>	<b>637.236</b>

<b>25.2.5 Conciliação do prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 - Consolidado</b>			
	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Ajustes CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Operações continuadas</b>			
Receita	861.807	158.126	1.019.933
Custos dos serviços prestados	(736.811)	2.669	(734.142)
Custo de construção		(159.534)	(159.534)
<b>Lucro bruto</b>	<b>124.996</b>	<b>1.261</b>	<b>126.257</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	(91.428)	(2.893)	(94.321)
Atualização do ativo financeiro		718	718
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido</b>	<b>33.568</b>	<b>(914)</b>	<b>(32.654)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(159.491)</b>	<b>31</b>	<b>(159.460)</b>
<b>Prejuízo operacional antes das outras receitas (despesas), líquidas</b>			
Outras despesas, líquidas	(125.923)	(883)	(126.806)
	<u>100</u>		<u>100</u>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda, da contribuição social e da participação dos não controladores</b>			
Imposto de renda e contribuição social	(125.823)	(883)	(126.706)
	<u>(20.093)</u>	<u>1.994</u>	<u>(18.099)</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(145.916)</b>	<b>1.111</b>	<b>(144.805)</b>
<b>Atribuível a</b>			
Acionistas da Companhia	(130.973)	712	(130.261)
Participação dos não controladores	(14.943)	399	(14.544)
	<u>(145.916)</u>	<u>1.111</u>	<u>(144.805)</u>

	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Efeitos CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Financiamentos	1.520		1.520
Fornecedores	344.781		344.781
Salários e encargos sociais	924		924
Tributos a pagar	2.490		2.490
Adiantamentos recebidos de clientes	80.146		80.146
Obrigações com terceiros	4.054		4.054
Outros passivos	10.896		10.896
	<u>444.811</u>		<u>444.811</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Financiamentos</b>			
Fornecedores	380.932		380.932
Imposto de renda diferido	534	390	924
	<u>381.466</u>	<u>390</u>	<u>381.856</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	485.012		485.012
Ajuste de avaliação patrimonial	10.985		10.985
Prejuízos acumulados	(136.626)	(5.711)	(142.337)
	<u>359.371</u>	<u>(5.711)</u>	<u>353.660</u>
<b>Participação dos não controladores</b>			
	<u>43.185</u>	<u>(44)</u>	<u>43.141</u>
	<u>402.556</u>	<u>(5.755)</u>	<u>396.801</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.228.833</b>	<b>(5.365)</b>	<b>1.223.468</b>

	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Efeitos CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Financiamentos	699.238		699.238
Fornecedores	145.728		145.728
Operações com derivativos	5.542		5.542
Salários e encargos sociais	3.012		3.012
Tributos a pagar	18.938		18.938
Provisão de conserva especial		270	270
Adiantamentos recebidos de clientes	180.753		180.753
Obrigações com terceiros	7.335		7.335
Credor pela concessão	618.975		618.975
Outros passivos	13.532		13.532
	<u>1.693.053</u>	<u>270</u>	<u>1.693.323</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Financiamentos</b>			
Fornecedores	980.349		980.349
Credores por debêntures	284.810		284.810
Fornecedores	9.187		9.187
Adiantamento para futuro aumento de capital	71		71
Imposto de renda diferido	3.395	966	4.361
	<u>1.277.812</u>	<u>966</u>	<u>1.278.778</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	827.680		827.680
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.254)		(6.254)
Prejuízos acumulados	(267.599)	(4.999)	(272.598)
	<u>553.827</u>	<u>(4.999)</u>	<u>548.828</u>
<b>Participação dos não controladores</b>			
	<u>115.846</u>	<u>354</u>	<u>116.200</u>
	<u>669.673</u>	<u>(4.645)</u>	<u>665.028</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.640.538</b>	<b>(3.409)</b>	<b>3.637.129</b>

	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Efeitos CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	161		161
Tributos a pagar	1.554		1.554
Obrigações com terceiros	4.054		4.054
Outros passivos	12		12
	<u>5.781</u>		<u>5.781</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Provisão para perdas em investimento</b>			
	<u>2</u>		<u>2</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	485.012		485.012
Ajuste de avaliação patrimonial	10.985		10.985
Prejuízos acumulados	(136.626)	(5.711)	(142.337)
	<u>359.371</u>	<u>(5.711)</u>	<u>353.660</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>365.154</b>	<b>(5.711)</b>	<b>359.443</b>

	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Efeitos CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	128		128
Tributos a pagar	45		45
Obrigações com terceiros	7.335		7.335
	<u>7.508</u>		<u>7.508</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Provisão para perdas em investimento</b>			
	<u>80.900</u>		<u>80.900</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	827.680		827.680
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.254)		(6.254)
Prejuízos acumulados	(267.599)	(4.999)	(272.598)
	<u>553.827</u>	<u>(4.999)</u>	<u>548.828</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>642.235</b>	<b>(4.999)</b>	<b>637.236</b>

<b>25.2.6 Conciliação do Prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 - Controladora</b>			
	<b>De acordo com BR GAAP</b>	<b>Efeitos CPC</b>	<b>De acordo com CPC</b>
<b>Lucro bruto</b>			
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	(8.141)		(8.141)
<b>Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro, líquido</b>	<b>(8.141)</b>		<b>(8.141)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Equivalência patrimonial	(116.486)	712	(115.774)
Em controladas	(40.368)	712	(39.656)
Provisão para perda em investimentos	(76.118)		(76.118)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(8.609)</b>		<b>(8.609)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social	(133.236)	712	(132.524)
	<u>2.263</u>		<u>2.263</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(130.973)</b>	<b>712</b>	<b>(130.261)</b>

**DIRETORIA**

Diretor Presidente: Felipe Montoro Jens • Diretor: André Amaro da Silveira • Diretor: Luciano Nitrini Guidolin • Diretora: Mônica Bahia Odebrecht • Diretor: Newton Sergio de Souza

# ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ Nº 07.668.258/0001-00

Praia de Botafogo, 300 - 11º andar - parte  
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Odebrecht Participações e Investimentos S.A. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Odebrecht Participações e Investimentos S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht Participações e Investimentos S.A. e da Odebrecht Participações e Investimentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Outros assuntos

#### Informação suplementar - gastos com ativos concessivos

As controladas Concessionária Travase Olmos S.A., Concessionária Ruta Del Sol S.A., Concessionária Bahia Norte S.A. e Fonte Nova Negócios e Participações S.A., além da controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento dos projetos para construção dos seus ativos concessivos, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela administração das referidas investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos financeiros, imobilizado e intangível das investidas constituídos pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$ 1.955.538 mil (consolidado), de acordo com as expectativas da administração das investidas, dar-se-á a partir do início das suas operações.

Salvador, 18 de março de 2011



**PricewaterhouseCoopers**

Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Felipe Edmond Ayoub  
Contador  
CRC 1SP187402/O-4 "S" RJ